

Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas

Resumo

Este artigo discute práticas de resistência e de enfrentamento na agricultura camponesa, articuladas desde uma perspectiva de educação popular no Movimento de Mulheres Camponesas. Mostra como se dão experiências concretas envolvendo a luta diária das camponesas, a qual articula a produção de alimentos, da vida em si e militância política. Trata-se do programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, da produção e consumo de plantas medicinais, do cuidado com pequenos animais e preservação de fontes e mananciais de água, desenvolvido como Projeto de Agricultura Camponesa. O texto é resultado de pesquisa de campo, com registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com dirigentes do MMC, camponesas que desenvolvem a agroecologia, além de observações participantes em atividades de formação política e técnica das mulheres. Destaca-se que mulheres em luta modificam seus modos de vida, seus modos de produção e, isso é possível, mesmo quando parecem remar contra a maré, mudando, assim, a cultura, a forma de ver a vida, questionando a si mesmas, suas famílias e a sociedade.

Palavras-chave: educação popular; resistência; Movimento de Mulheres Camponesas; agroecologia.

Catiane Cinelli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
katimmc@gmail.com

Isaura Isabel Conte

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
isauraconte@yahoo.com.br

Noeli Valentina Weschenfelder

Universidade Regional do
Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
noeli@unijui.edu.br

Introdução

Este artigo discute uma experiência de resistência ao projeto de agricultura dado como hegemônico, baseado em monocultivos, com utilização de agrotóxicos e transgênicos. Situa-se, portanto, no Movimento de Mulheres Camponesas, cujas práticas e concepções são baseadas na educação popular, compreendendo processos técnico-formativos em encontros e oficinas realizadas em espaços de atuação do Movimento¹. Basicamente as práticas agroecológicas que são também o contraponto, envolvem sementes crioulas de hortaliças, plantas medicinais e espécies nativas, cuidados com pequenos animais, preservação de nascentes e mananciais de água.

As práticas agroecológicas com sementes crioulas de hortaliças e plantas medicinais, que vieram a ser potencializadas e politizadas no MMC, fazem parte do resultado de intensos debates nas diferentes instâncias do mesmo, bem como em espaços de articulação e alianças com outras organizações. O desenvolvimento dessa experiência se relaciona à necessidade de construção de um projeto popular de agricultura camponesa, dizendo não aos agrotóxicos, aos transgênicos e a tudo o que destrói a vida, na visão das mulheres militantes, num momento crucial da conjuntura do país: tínhamos, depois de décadas, um governo eleito com amplo apoio dos setores populares, e, por isso, certa esperança, de que as coisas para os pequenos agricultores seriam melhores. De outra maneira, impunha-se a força do capital nacional e internacional incidindo em políticas a favor das grandes propriedades, inclusive na esteira dessas, se efetivou a liberação de sementes transgênicas de soja e, posteriormente, de milho.

O então Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC)², como forma de por em prática a proposta política em vista do projeto de agricultura camponesa, como enfrentamento, discute a partir da realidade das mulheres e, em 2001 assume o Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças. Assim, constituem uma equipe pedagógica com as camponesas militantes e dirigentes do Movimento, mais a participação de assessoria de técnicos e agrônomos, a fim de desenvolver em diferentes etapas, cursos de formação sobre a agroecologia para

¹As observações se deram principalmente em atividades do MMC realizadas no estado de Santa Catarina.

²Na época era essa a denominação do Movimento, sendo que em 2004, acontece a consolidação do MMC Brasil.

um grupo que se consolidou como Monitoras. Elas por sua vez, desenvolveram o trabalho com as mulheres nos municípios nos quais o Movimento tem organização orgânica. Cabe registrar que nos demais Estados do país, nos diferentes movimentos autônomos que em 2004 vieram consolidar o MMC Brasil, assume-se também práticas de cuidados com a natureza.

Com a unificação do Movimento nacional, as práticas se intensificam com preservação de fontes e mananciais de água, luta das pescadoras na região amazônica, por exemplo, criação de pequenos animais, uso e práticas com plantas medicinais, entre outras. Enfim, são experiências agroecológicas as quais vêm sendo desenvolvidas, com o objetivo de recuperar os sabores e saberes locais e regionais, construir a soberania alimentar, assumindo o princípio político de que um povo só é soberano quando produz seu próprio alimento. Por isso, é importante a valorização da cultura, que também se revela nos hábitos alimentares, valorização e valoração do trabalho das mulheres, preservando a biodiversidade, e, articulando as diversas atividades para que aconteçam de forma integrada.

Com um saber que lhe é próprio, o Movimento já vivia uma prática social comum entre as mulheres, ou seja, as trocas de sementes e mudas de uma enorme variedade de espécies, e, com isso foi acontecendo a recuperação e multiplicação das espécies crioulas, visto que muitas delas se perderam devido ao modelo de agricultura baseado na Revolução Verde, a qual infringiu pesados investimentos em híbridos e agrotóxicos, destruindo os policultivos regionais.

Fazendo resistência a tal imposição, as mulheres buscaram formas de potencializar saberes ancestrais e populares, a partir do que elas próprias vinham acumulando em termos de experiência cultural, lembrando e refazendo práticas feitas por suas avós, comadres, companheiras, etc. O acúmulo de experiências possibilitou ampliação das trocas e o melhoramento genético, fato que contribuiu para a não “refinagem” de cada espécie e cada variedade, ao avanço agregaram-se os conhecimentos técnicos de produção agroecológica.

O processo formativo das mulheres camponesas que costurava o entre-práticas com outros conhecimentos teóricos, perpassava desde estudos sobre solos, sua constituição, até a produção agroecológica, propriamente dita e as condições para tal. Outra prática cultural consistia nas maneiras de colheita, secagem e armazenamento das sementes, dada a importância da autonomia camponesa/das mulheres para a produção de alimentos saudáveis e a garantia da soberania alimentar. Ressalta-se que as experiências estão ancoradas pela educação popular, sobre a qual descrevemos no item que segue.

A Educação Popular na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas

No Brasil, a Educação Popular é evidenciada mais fortemente a partir do pensamento de Paulo Freire, porém ela é marca das resistências populares ao longo dos tempos como bem enfatiza Paludo (2001). A autora assevera que a resistência pode ser ressaltada desde as revoltas dos escravos na luta por libertação, as resistências camponesas, as experiências comunistas e anarquistas, enfim, até vários processos de lutas sociais. Desse modo, concebemos que essa concepção de educação está presente em vários espaços populares, com enfoques diferenciados no Movimento de Mulheres Camponesas, embora, talvez não se teorize muito sobre o assunto.

Na afirmação de Torres (2008), nem todas as práticas educativas com grupos considerados vulneráveis podem ser consideradas Educação Popular, ou ação libertadora. Pode ser inclusive, conforme nos mostra o próprio Freire (1987), que algumas ações ditas para a transformação sejam dominadoras e, certas práticas, ditas populares, também, opressoras. Por outro lado, tanto Freire quanto Torres expõem a importância da pedagogia humanista, práticas nas quais os oprimidos, como o caso das mulheres do Movimento, em muitos sentidos, passam a confiar em si mesmas e aprenderem uma com as outras em coletivo o processo de libertação, por meio das ações apreendidas no e com o fazer das lutas.

Mejía (2003, p. 18-19), afirma que vivemos um momento na conjuntura social atual, sobre o qual podemos ver que “encontramo-nos em trânsito entre um sistema rígido e

que tudo pretende compreender [...] e uma rede variável de crenças em que é possível uma pluralização dos estilos de vida, que permite a cada um, viver como quiser e sem responsabilidades de cunho coletivo”. O autor se refere às mudanças ocorridas na sociedade, assim, mesmo quem não estiver inserido em um processo de educação formal, apresenta e aprende concepções modeladoras para concordar com a reformulação e reforçar a sociedade do capital, concebendo-a como a única forma possível de organização social.

Nesse sentido, o desafio de desenvolver experiências de Educação Popular torna-se maior, pois estas, via de regra, se constituem na resistência, contraposição ao que é imposto. No dizer de Mejía, “o neoliberalismo estabelece uma política contratual com os grupos mais carentes [...] e aparecem agentes de resistência” (2003, p. 22). Esse é um tempo de transformações mundiais e, por isso, um grande desafio se coloca para pensar experiências educativas a partir de um compromisso emancipatório.

Quando o MMC/SC projetou o referido programa de sementes, estava colocado além da recuperação de espécies, e, nisso a possibilidade de ir reconstruindo a autonomia (no fato de se ter sementes que nascem todos os anos, que não sejam híbridas), a necessidade de debater entre as mulheres. Muitas interrogações surgem e são postas ao debate, tais como: Onde estariam os saberes constituídos e acumulados historicamente pelas camponesas? Como poderiam elas recuperar esses saberes, uma vez que estavam nas comunidades, e, além disso, como poderiam provocar reflexões no interior das famílias? De quem seria tal responsabilidade, seria das mulheres? Porque tais trabalhos seriam delas? O que isso tem valor? Como é discutida a terra que cabe a elas para decidir o que plantar?

Assim, foram sendo desenvolvidas as experiências de produção e formação no MMC, as quais evidenciam a práxis presente na Educação Popular assumida pelo Movimento, ou seja, a articulação entre teoria e prática, em diálogos e troca de saberes, pois nesses saberes camponeses há outras epistemologias, ainda não hegemônicas e não sistematizados na academia. Esse é o caso da maioria das mulheres militantes, porém não deixa de ser um conhecimento historicamente produzido e, sobre esse assunto Freire

(1987), Brandão e Assumpção (2009), enfatizam acerca da importância da não separação entre ambos, uma vez que a teoria está presente na prática.

Ressaltamos o aspecto do conhecimento como parte do processo de Educação Popular no Movimento, pois a Educação Popular produz-se como um movimento pedagógico, como um projeto histórico de humanização e libertação. Além disso, é entendida como uma reapropriação de saber, sendo que busca a produção autônoma desse saber e, mais, pode ser concebida como a expressão de uma cultura rebelde (BRANDÃO e ASSUMPÇÃO, 2009).

No desenvolvimento das experiências agroecológicas foi possível examinar a reapropriação dos saberes na medida em que as mulheres coletivamente vão se dando conta de que fazendo juntas as ações, ou debatendo sobre e no decorrer das práticas conseguem, não apenas (re)lembrar muitas coisas que até então, parecia esquecido, como se apropriar dos saberes implícitos no fazer. Além disso, conseguem perceber que não é um só jeito que funciona na agroecologia, e nessa reapropriação, e reinvenção está a riqueza da continuidade das práticas com sementes crioulas e da luta.

As práticas agroecológicas contrastam com a forma “convencional” de fazer agricultura, pois não são compatíveis, visto que os sistemas agroecológicos não se viabilizam em solos contaminados com adubos químicos e agrotóxicos, necessitando de persistência para a recuperação do solo e das águas já contaminadas. Desse modo, as mulheres investigadas persistiram em fazer e comprovar a potência do feito, que ainda se pode desenvolver aquilo que a maioria diz não ser viável, tratando-se de uma cultura rebelde, para parafrasear Brandão e Assumpção (2009). A pesquisa indicou que em seus fazeres, as camponesas davam-se conta de que tais práticas não são românticas, fáceis e sem contradições enfrentadas muitas vezes na vizinhança, na relação com companheiros ou nas próprias famílias em alguns casos.

A Educação Popular contribui para que as mulheres coletivamente visualizem seus problemas comuns, percebendo a ausência de vários direitos, desde o início da formação da Organização e, a partir disso, se colocaram em luta. Com essa atitude o MMC pode ser entendido como uma rebeldia, pois o fato de, em primeiro lugar, ser constituído por

mulheres, e, em segundo, camponesas, fazer um Movimento de contestação à ordem patriarcal e capitalista é considerado uma afronta, que as fazem confrontar com seus limites, medos, concepção de gênero, de raça/etnia e nos modos de fazer agricultura.

Autores, como Thompson (1981), Marcon (2003), Faria Filho e Bertucci (2009), permitem afirmar que a experiência vivida é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social. Portanto, na pesquisa não podemos separar as histórias de vida dessas mulheres da história do Movimento, pois elas se entrelaçam. Isso porque camponesas fazem a luta ao mesmo tempo em que a luta as constitui, o que podemos destacar na fala de uma das dirigentes, quando ela assegura “o Movimento entrou em minha vida e eu entrei no Movimento”.

Quando entendemos esse fazer-se no Movimento, compreendemos um pouco mais sobre sua história e suas atividades cotidianas. Isso nos leva a ver que, por meio do processo formativo, ou do que nomeamos de Educação Popular no Movimento, as mulheres sentem, em grande medida, a opressão que sofrem no dia a dia pelo fato de serem do sexo feminino e camponesas. Obviamente que não foi somente o acesso a teorias e debates que proporcionou tal sentimento por parte das mulheres, mas, igualmente, a realidade em que elas vivem e que no Movimento refletem, que as fazem ter um melhor entendimento no decorrer do envolvimento com a agroecologia e a luta.

A Educação Popular pode ser considerada como o que Brandão e Assumpção (2009, p. 37) conceituam, hoje, como sendo “a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe”, a qual fica visível também na fala de dirigente, em que afirma que a educação deve ser algo construído coletivamente. Conforme ressalta Freire (1987), ninguém sabe tudo e ninguém ignora tudo, bem como ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinha, mas as pessoas se educam em comunhão, mediatizadas pelo mundo. Assim, as práticas agroecológicas, no enfrentamento diário ao sistema patriarcal e capitalista de produção se desenvolvem no espaço de seu viver que é o campo.

A resistência vivenciada no cotidiano

Ao discutir a educação popular, enfatizamos que ela acontece em um determinado espaço com um determinado tempo, sendo que a experiência com sementes crioulas se dá no contexto das lutas organizadas do Movimento de Mulheres Camponesas, sendo este um território político, segundo Fernandes (2005). A resistência observada diz respeito à forma diferenciada de produzir na agricultura, ao tornar-se feminista com o elemento da autonomia na produção, ou seja, junto a práticas com sementes crioulas de hortaliças, num projeto de agroecologia em toda a unidade de produção.

A resistência acontece com as mulheres que participam das atividades formativas, assim como ouvimos na fala de uma das entrevistadas, participante da pesquisa: “aos poucos fomos conversando e fui contando o que aprendi nas oficinas, hoje não usamos mais nenhum tipo de veneno em nossa terra”. Num primeiro momento, pode ser visto como algo insignificante o fato de não utilizar mais agrotóxicos na unidade de produção, no entanto, ao analisarmos a experiência, percebemos que esse é um passo importantíssimo para a construção da agroecologia. A partir dessa decisão tomada, realizam a recuperação do solo degradado, das águas poluídas, das sementes perdidas, vão mudando a forma de ver a agricultura, como lugar de produção e reprodução da vida, de lazer, de alegrias e não simplesmente como um produto a ser explorado, pois valorizam a produção de alimentos e com isso conquistam a vizinhança para adquirir produtos/alimentos saudáveis.

Quando o lugar, a unidade de produção é ressignificado, lembramos que o espaço possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é território, formado também pelos elementos da natureza e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia (FERNANDES, 2005). A experiência de recuperar, produzir e melhorar sementes crioulas de hortaliças e espécies nativas se dá ao mesmo tempo em que as mulheres se envolvem no Movimento, quando saem de casa para a participação política na sociedade e começam a compreender o sentido da existência de grupos de mulheres organizadas.

A pesquisa realizada evidencia-nos que no fazer cotidiano há diversos tempos, como o tempo da motivação, quando a mulher passa a conhecer o Movimento; o tempo da conscientização, que é tempo de compreender a sociedade como ela é; e, o tempo da mobilização, quando passam a envolver-se nas ações da luta propriamente dita, contestando e buscando a superação da sociedade, não seguindo uma ordem cronológica para acontecerem.

Os diferentes tempos cotidianos podem ser representados tanto pelo envolvimento das mulheres no MMC, quanto pela organização da produção, e, nesse sentido destacamos a fala de uma dirigente. Trata-se, primeiramente, de explicitar como vai se organizando a unidade de produção para tornar-se agroecológica, e, tendo a lucidez, nesse caso, de que não é possível uma transformação isolada, pois, para a agroecologia acontecer de fato, é necessário um tempo muito maior e que exige a transformação da sociedade, portanto, faz-se necessária a conscientização agroecológica também da população urbana. O que nos faz pensar que a distinção entre campo e cidade pode ser diminuída, no sentido de estarem em consonância.

As entrevistas também trouxeram aprendizagens no MMC, com afirmação de que aprendem muito e começam a pensar a vida diferente, entendendo a importância da organização das pessoas e que a libertação é um ponto forte em suas vidas. Além de que o Programa é muito importante no sentido de construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica e também para fortalecer o MMC. Essas argumentações possibilitam fazer uma relação com Santos (2010) quando discorre sobre as três globalizações: a globalização como fábula; a globalização como perversidade e a proposição de *uma outra globalização*.

Santos (2010) traz a globalização como perversidade, como sendo o mundo como ele é. Nessa noção o autor afirma que, na atualidade, se impõe uma fábrica de perversidades, pois a pobreza aumenta e se alastra em todos os continentes, assim como a AIDS³ torna-se um problema no mundo, e voltam doenças superadas, como algumas alergias, causando a morte. Ressalta, ainda, o aprofundamento de males espirituais e

³ Esse que é um problema atual, por exemplo, em Moçambique 18% da população é aidética, dado adquirido em conversas com pessoas em Moçambique.

morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção. Concordamos com o autor, pois em meio a essas perversidades é que as mulheres camponesas estão inseridas, mas reagem, buscam saídas para não cair no fatalismo, ainda que a grande maioria das políticas governamentais esteja ao revés de seus interesses e sonhos.

É em *uma outra globalização*, em um outro modo como o mundo pode ser, que o autor propõe a construção de um mundo possível com uma globalização mais humana. De acordo com Santos (2010, p. 20), deveria haver as condições necessárias para que as mudanças acontecessem. No caso de nosso estudo, trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, na qual se vive diferentes momentos, com o tempo da mobilização, da ação e da reflexão as mulheres pensam e fazem o contraponto ao modelo. Constroem, assim, uma nova forma de produção e reprodução da vida camponesa, como resistência, com experiências agroecológicas organizadas. As mulheres enfrentam muitos conflitos para vivenciar esses tempos, tais como a cobrança da família, exigindo que cumpram com os papéis determinados pela sociedade.

Concordando com Santos acerca de *uma outra globalização*, mostramos a fala de outra dirigente que nos faz compreender como a vida das mulheres sofre mudanças ao participarem e ao se inserirem no Movimento e que está relacionada na construção de outro mundo, o qual podemos relacionar com outra globalização, mas que para isso o individual também necessita ser transformado.

Eu acredito que mudou, deu um giro de 180 graus, porque antes a gente vivia naquele mundo pequeno da comunidade, no município, conhecia o que passava ali, com a minha vinda pro Movimento eu aprendi novos valores, eu aprendi a importância que tem a luta na vida das pessoas, por exemplo, a luta por direitos, a luta pela dignidade, a luta pela emancipação das mulheres. Eu descobri que eu, por ser mulher, tenho valor, ser camponesa é uma missão muito importante pra nossa vida, pra nossa sociedade e comecei a me valorizar como tal, porque antes até ia a algum lugar e tinha vergonha de dizer “eu sou agricultora”, depois, com a conscientização, vi o quanto é importante isso na nossa vida e o quanto é importante valorizar o trabalho do campo no dia a dia (entrevistada).

A fala dessa dirigente permite relacionarmos a educação popular com a conscientização, o tempo da mobilização concretizado nas práticas de produção de sementes crioulas, que está entrelaçado no que ela se refere à valorização do ser

camponesa, com o exercício da agroecologia, onde podemos visualizar um determinado território⁴. As experiências de produção agroecológicas se dão em meio às contradições do modelo de produção, em que a vizinhança pode estar plantando com agrotóxicos e, desse modo, torna desafiador a agroecologia. Apreendemos também uma relação do local com o global quando vemos uma opção pela agroecologia, que, segundo Khatounian (2001), é uma proposta de uma nova produção e modo de vida em nível de América Latina e hoje presente no mundo.

Podemos corroborar com esta ideia com o argumento de Santos (2009) quando afirma que, “nas atuais condições de globalização, a metáfora proposta por Pascal parece ter ganho realidade: o universo visto como uma esfera infinita, cujo centro está em toda parte” (p.313). Assim, podemos considerar a agroecologia como global e a experiência em uma Unidade de Produção local, afirmando que o local está no global e o global no local, pois, como argumenta Santos, cada lugar é, à sua maneira, o mundo, mas, também, cada lugar, imerso numa comunhão com o mundo, torna-se diferente dos demais.

Santos (1997) nos alerta, de que a degradação ambiental até mesmo afetou espaço-tempo doméstico, pois a modernização da agricultura foi feita em prejuízo dos camponeses, em especial das mulheres camponesas. Além da expulsão do povo camponês das terras mais férteis, o dito desenvolvimento agrícola produziu desequilíbrios nas suas vidas domésticas. “Nada mais errôneo que transformar as mulheres em vítimas abstratas e irre recuperáveis nas teias que a dominação sexual e a dominação de classe entre si se tecem” (p. 306).

A experiência mostra que há a possibilidade da construção de novas relações, nas quais as mulheres deixam a condição de vítimas e passam a ser protagonistas de suas vidas e suas existências. Com isso a resistência se dá de forma diária, combatendo os “inimigos”, que são os vícios de um sistema patriarcal e capitalista, onde é necessário criar estratégias para não sofrer as consequências do patriarcado, como a violência.

⁴ Tomando a concepção de Fernandes (2005, p.2), territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meios das relações de classe para desenvolver seus territórios. No campo, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais.

Falar das formas de expulsão dos agricultores e das mulheres é falar da monocultura, é resistir aos agrotóxicos e transgênicos, que são apresentados pelo capital como forma de acabar com a fome, mas que na verdade trazem dependência, doenças e morte. Assim, o espaço dos Movimentos Sociais se concretiza como um espaço simbólico, em especial quando se concretizam experiências de produção orientadas pelo Movimento e ele passa a ser representado num espaço físico, pois, cada unidade de produção é uma individualidade, tendo o mundo, mas, também, tendo as especificidades de quem nele atua. A uma maior globalidade corresponde uma maior individualidade, Benko (apud SANTOS, 2009) denomina de “glocalidade”. Não basta adotar um tratamento localista, mas também deve-se tomar cuidado em apenas levar em conta os fenômenos dominados pelas forças globais.

Os Movimentos Sociais Populares podem ser compreendidos e analisados no contexto espacial e temporal, onde se busca romper com esse sistema, modelo de sociedade e de agricultura e, mesmo enfrentando desafios, tenta-se construir outra forma de organizar o espaço. Assim, ao falar de campo como espaço físico, estamos revelando o lugar de onde falamos, pois, nos dias atuais, as denominações campo, camponesa, camponês, agricultura camponesa ou Educação do Campo que também é educação popular estão imbricadas numa concepção de luta e organização.

Considerações finais

Constata-se que na resistência travada pelo Movimento de Mulheres Camponesas, está a perspectiva de democratizar ou socializar as informações, as tecnologias e, ao radicalizar a interpretação da teoria marxista, confirmar a convicção de que também necessitam partilhar os meios de produção. Com isso, as mulheres camponesas sonham e lutam pela transformação da sociedade, onde não será mais o lucro posto em primeiro lugar, mas sim a vida. No contexto atual, dizem as participantes da pesquisa, faz-se necessário pensar nessa perspectiva, o que requer ir além da vida apenas humana, para pensar na vida do planeta.

Com isso, vemos que é necessário mudar nossa forma de pensar, precisamos construir um processo de teoria e prática diferente do que os meios de comunicação ou os técnicos da revolução verde ditam. Essa forma de pensar não está pronta, precisa ser construída. Os documentos produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (2005) expõem que, tanto os problemas como a necessidade de mudança, continuam presentes no século XXI, pois constata-se que a difusão dos adubos químicos e sua utilização rotineira foram acompanhadas do crescimento do problema de pragas; contudo, o pacote, composto de monocultura, adubos químicos e inseticidas, foi acompanhado do crescimento de novos problemas sanitários, sobretudo de doenças e plantas invasoras.

Por outro lado, desenvolvem-se, pelo menos desde a segunda década do século XX, movimentos que apontam para outras direções. Utilizando outros critérios, identificam falhas na proposta elaborada pela química e, dessa perspectiva, propunham-se a desenvolver outras soluções com base nos exemplos de melhor convivência com os recursos naturais tirados do passado e no conhecimento científico então disponível.

A investigação revela que a produção para o consumo doméstico contribuiu para mudar a relação das pessoas envolvidas com a terra, transformando-se na fonte primária de alimento da vida. De acordo com o MMC (2005), essas novas formas de relação com a terra e com a vida vêm sendo discutidas e construídas no “Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC” a partir de metodologias de educação popular.

Assim, as mulheres aprenderam a produzir agroecologicamente, mesmo com todas as contradições enfrentadas, compreendem-se como parte do planeta e a necessidade de cuidar da natureza. Com isso, seguem cuidando de pequenos animais, preservando nascentes e mananciais de água, recuperando saberes, sementes crioulas, plantas medicinais e nativas, produzem alimentos saudáveis construindo sua autonomia e dependendo o mínimo possível do mercado externo, garantindo por sua vez a renda para a família. Assim os desafios e as experiências de cuidados continuam...

Referências:

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raine. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. In: *Currículo sem fronteiras*. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/index.htm>, acesso em 25/11/2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais*. 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf, acesso em 26/11/2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.
- MEJÍA, Marco Raul. *A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA. *Produção de sementes crioulas de hortaliças: as práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa CatarinaMMC/SC*. Chapecó: Estampa, 2005.
- PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

THOMPSON, EdwardP. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES C., Alfonso. *La educación popular: trayectoria y actualidad*. 2.ed. Reimpressão.
Bogotá: El Buho, 2008.